

POLÍTICAS PÚBLICAS E PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO SUL DA BAHIA: ANÁLISE DA SITUAÇÃO POR MUNICÍPIO DOS PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA NA MICRORREGIÃO DE ILHÉUS-ITABUNA

PUBLIC POLITICS AND PRODUCTION OF SPACE IN SOUTH BAHIA: ANALYSIS OF MUNICIPALITIES SITUATION IN PROJECTS OF AGRARIAN REFORM IN ILHEUS-ITABUNA MICROREGION

Paulo Fernando MELIANI¹

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma análise da situação por município dos assentamentos criados no Sul da Bahia, a partir de 1985, em um contexto regional de crise da economia cacaueteira, de ressurgência dos movimentos sociais de luta pela terra e de implementação de políticas públicas de reforma agrária. Primeiro, apresentamos um resgate histórico-geográfico que enfatiza o papel preponderante, porém subordinado, do trabalho na produção de um espaço regional cacaueteiro, bem como uma síntese do contexto dos movimentos sociais e das políticas públicas que desencadearam a criação dos assentamentos na região. Em seguida, apresentamos os resultados e conclusões da análise da repartição e situação dos assentamentos por município, quanto ao número de projetos, área e capacidade dos assentamentos, quantidade de famílias assentadas, tempo médio de criação oficial e fases de implementação do projeto. Com estas informações, disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), organizamos e analisamos um banco de dados regionais que possibilitou a representação de uma síntese dos resultados em cartogramas.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Assentamentos; Sul da Bahia; Região Cacaueteira

ABSTRACT

This article presents the results of an analysis of municipalities situation in settlements created in South Bahia, from 1985, in a regional context of cocoa's production crisis, in resurgence of social movements struggling for land and implementation of public policies in agrarian reform. First, we discharge a historical-geographical emphasis in the leading role, but also subordinate, of labor in the production of cocoa's regional space, as na overview of social movements and public policies context that led to the establishment of the settlements in the microregion. At last we present the analysis results and conclusions of settlements' situation and partition by municipality on the number of projects, area and capacity of settlements, the amount of settled families, average length of official creation and implementation phases of the project. With these information, provided by the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA), we organized and analyzed a regional database that allowed a summary representation of the results in cartograms.

Key words: Agrarian Reform; Settlements; South Bahia; Cocoa Region

¹ Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC/BA)/paulomeliani@uesc.br

1. INTRODUÇÃO

Entre as especificidades do espaço nos países subdesenvolvidos está a de ser “derivado”, ou seja, criado ou transformado por demandas externas, por uma vontade estrangeira, portanto, derivado de necessidades longínquas (SANTOS, 1996, p. 104). Segundo o autor, o termo “derivado” foi primeiramente empregado por *Maximilien Sorre* que adotou a expressão “paisagens derivadas” para mostrar a relação entre a história de países industriais e a dos países subdesenvolvidos. Para Santos (1996, p. 104), é nessa relação histórica que se formaram e ainda se formam espaços em países subdesenvolvidos, derivados da demanda externa, via de regra por algum produto primário, gerando regiões monoprodutoras ou transformando outras pré-existentes em função de novas necessidades².

A conhecida “região cacauera” do Sul da Bahia, à sua escala, encarna a formação derivada do seu espaço regional, que foi produzido em função da demanda estrangeira por cacau, uma espécie exótica introduzida na região ainda em tempos coloniais. Segundo Andrade (1970, p. 76), por ser o cacau uma planta muito exigente, em termos de condições de clima e solo, encontra-se insulado em uma extensa área do Sul da Bahia, onde a temperatura média anual é superior a 24° Celsius e as precipitações médias oscilam entre 1.300 e 2.000 milímetros bem distribuídos por quase todo o ano. Para Garcez e Freitas (1979, p. 21), a expansão da lavoura cacauera foi possível com a introdução de variedades mais resistentes (as variedades “Pará” e “Maranhão”), que possibilitaram a extensão das roças para as encostas, já que a primeira variedade introduzida na Bahia ocupou inicialmente as terras ribeirinhas por ser extremamente exigente quanto à umidade do solo.

A atual “microrregião de Ilhéus-Itabuna”, definida pelo Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE, 1990), abrange 41 municípios que, grosso modo, correspondem ao espaço da então “Zona do Cacau” estudada por *Milton Santos*, nos anos 1950, bem como ao espaço da “Região Cacauera da Bahia” analisada por *Felizola Diniz* e *Capdeville Duarte*, no final dos anos 1970 (figura 1). Foi a partir das antigas vilas coloniais litorâneas, como Ilhéus, Itacaré e Belmonte, entre outras, que se interiorizou a produção do cacau e a população, dando origem a outras vilas como Tabocas (atual Itabuna), cidade

² De acordo com Santos (1971, p. 201), as “paisagens derivadas”, citadas por *Sorre*, são criadas pelas relações entre as forças diretas da economia mundial com as formas de dispersão e de irradiação susceptíveis de guiar a instalação de novas formas de atividade, segundo condições tecnológicas específicas. Esta questão nos leva direto ao “coração” da problemática do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, que ocupou, por muito tempo, parte das pesquisas de *Milton Santos* em sua busca por dados essenciais sobre a organização do espaço em países subdesenvolvidos. Segundo Santos (1971, p. 201), se quisermos definir esquematicamente uma situação espacial nos países do Terceiro Mundo, um método de abordagem, aparentemente simples, e não por isso menos eficaz, seria o de identificar as diferentes defasagens entre a gênese, os ritmos, as formas de evolução e a situação atual dos elementos formadores de subespaços. Além disso, continua Santos (1971, p. 201), devemos considerar duas coisas: em primeiro lugar, que a instalação, e a execução de diferentes elementos de modernidade, não se faz nem ao mesmo tempo e nem ao mesmo ritmo; e em segundo lugar, levar em conta o próprio fato da imensa diversidade geográfica e que combinações entre os elementos geográficos não dão sempre os mesmos resultados, fazendo com que cada pedaço do planeta se constitua em um caso particular, em um problema original.

situada as margens do rio Cachoeira, numa posição de encruzilhada que a tornou o entreposto cacaeiro mais importante do interior da região. Ilhéus e Itabuna, distantes cerca de trinta quilômetros uma da outra, tornaram-se as principais cidades da região e, em conjunto, dão nome à microrregião geográfica de IBGE.

Para Mello e Silva *et al* (1987), uma função de fronteira de recursos do território da antiga Capitania de Ilhéus perdurou até o fim do século 19, quando se consolidou a lavoura cacaeira. A introdução do cacau (*theobroma cacao*) aconteceu em meados do século 18, quando sementes trazidas do Pará foram plantadas nas margens do rio Pardo, ao sul de Ilhéus, hoje território do município de Canavieiras. Dali, segundo Virgens Filho *et al* (1993), o cacau foi levado em 1752 para Ilhéus e, por volta de 1799, segundo Campos (citado por MELLO e SILVA *et al*, 1987), sua difusão já alcançara a Vila da Barra do Rio de Contas, a atual cidade de Itacaré, no norte da região. De acordo com Dean (1996, p. 148),

O cacau era colhido na selva em seu vale nativo amazonense quando Alexandre Rodrigues Ferreira constatou essa prática extremamente trabalhosa. Além do mais, o cacau, cultivado em seu hábitat nativo, era vulnerável a parasitas co-evoluídos. Sua transferência e cultivos, oficialmente estimulados na floresta litorânea do Sul da Bahia, nos anos de 1780, podem ser contabilizados como uma conquista do período. Mesmo assim, levaria mais de um século e meio para se tornar produto de exportação significativa.



Figura 1. **Localização da Microrregião Geográfica de Ilhéus-Itabuna (BA)**
 Fonte: Nentwig Silva *et al* (2000); SEI (2000). Edição do autor.

As primeiras roças de cacau no interior da região, grosso modo, foram plantadas por pequenos lavradores, que se valiam do lombo dos burros e dos rios para transportar a produção até um dos pequenos portos das antigas vilas litorâneas. A difusão e a interiorização da lavoura se realizaram a partir destas vilas coloniais e imperiais, notadamente as localizadas nas desembocaduras dos rios das Almas, de Contas, Cachoeira, Pardo e Jequitinhonha (figura 2). Segundo Santos (1957, p. 59), antes da chegada de ferrovias e rodovias à região, que ocorreu somente a partir dos anos 1920, os pequenos portos flúvio-marítimos destas antigas vilas recolhiam a produção da zona do cacau, mandando-a para Salvador, aonde a vinha apanhar cargueiros transatlânticos. Segundo Santos (1957, p. 58),

Não é de admirar que o cacau tenha começado por subir as margens dos rios. Os lavradores valiam-se, por um lado, das ricas aluviões e, por outro, das facilidades de comunicação que os rios lhe ofereciam. Não havendo, então, no interior da zona, outro meio de transporte além do fluvial, era natural que os plantadores preferissem essa

vizinhança, espalhando-se timidamente pelo interior, onde, por motivos idênticos, se fixavam nos vales dos afluentes e subafluentes. Disso se beneficiavam os caminhos abertos na mata, pelos quais tropas de burros escoavam o produto em demanda dos rios. E na foz, ou perto dela, saída única para o mar, vale dizer para os mercados compradores, as cidadezinhas ganhavam em animação, à sombra do comércio cacauero.

No século 19, do porto de Ilhéus, bem como de outros pequenos portos das antigas vilas litorâneas, as amêndoas de cacau eram enviadas para a Capital da Bahia, Salvador e, de lá, exportadas para os Estados Unidos e Europa. É a partir de 1834 que se inicia um fornecimento regular de amêndoas de cacau para o exterior, estabelecendo-se também o processo de “ruralização” da produção cacauera, bem como o povoamento da região (MELLO e SILVA *et al*, 1987, p. 77). Com o incremento na produção, a população das pequenas vilas litorâneas cresceu significativamente devido ao intenso processo migratório. Entre 1890 e 1920, segundo Mello e Silva *et al* (1987, p. 81), a população da região cresceu mais de três vezes (337,84%), em função das levas de imigrantes, a maioria vinda das regiões pobres e secas do sertão nordestino, notadamente de Sergipe.



Figura 2. Localização das vilas coloniais e imperiais litorâneas da atual Microrregião de Ilhéus-Itabuna e entorno.

Fonte: Nentwig Silva *et al* (2000); SEI (2000); SEI (2003). Edição do autor.

Para Diniz e Duarte (1983, p. 37), as três primeiras décadas do século 20 correspondem a da formação regional propriamente dita, pois foi nesse período que uma sociedade se formou em torno da organização do sistema produtivo cacaueteiro, definindo estruturas fundiárias, políticas e ideológicas. Nas primeiras décadas do século 20, uma corrida pelo desbravamento de terras para o plantio de cacau atraiu migrantes do interior nordestino, crentes na esperança de se tornarem pequenos produtores ou de, simplesmente, venderem sua força de trabalho nas fazendas. Assim, segundo Diniz e Duarte (1983, p. 39), estruturaram-se uma alta classe, formada pelos grandes produtores e comerciantes, e uma classe baixa, formada por lavradores e pequenos comerciantes, mas também por “burareiros”, como eram conhecidos os pequenos produtores que, apesar de terem a posse das terras, viviam em condição social e de renda igual a dos trabalhadores das fazendas.

A arcaica estrutura produtiva regional sempre sofreu com a instabilidade da monocultura cacaueteira que, desde sempre, submeteu à região a períodos de decadência e estagnação econômica motivados por excedentes de produção, diminuição de demanda em tempos de crises e guerras mundiais, incertezas climáticas, variações de preços, flutuações de câmbio, concorrência africana e latino-americana, pragas, etc. Atualmente, a região encara uma estagnação econômica que se prolonga desde 1987, quando se desencadeou uma crise provocada especialmente por uma tendência declinante dos preços de mercado e pela ocorrência de doenças nos pés de cacau causadas pelos fungos “vassoura-de-bruxa” e “podridão-parda”. A partir de então, com a redução da produção, muitos trabalhadores que foram espoliados das fazendas migraram para as cidades da região ou, então, ocuparam terras desabitadas e improdutivas tanto no litoral quanto no interior.

Cavalcante (1994), referindo-se ao final da década de 1980 e ao início dos anos 1990, afirma que florestas das terras próximas à costa de Itacaré foram ocupadas por trabalhadores rurais insatisfeitos com as condições recebidas nas roças de cacau. É justamente nesse período que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) fez as primeiras dez desapropriações de terras destinadas à criação de “Projetos de Assentamento” (PAs) na região: em 1985 e 1986 nos municípios de Santa Luzia, Itacaré e Una; em 1987 no município de Wenceslau Guimarães e, em 1988, nos municípios de Belmonte e Uruçuca. Desde então, até agosto de 2007, foram obtidas pelo INCRA mais 75 áreas para a criação de projetos de reforma agrária nos municípios do Sul da Bahia, a maioria absoluta por meio de desapropriações de terras improdutivas.

Neste artigo, apresentamos os resultados de um estudo sobre repartição e a situação por município dos projetos de reforma agrária no Sul da Bahia, obtidos a partir de uma análise da

distribuição espacial e das informações dos assentamentos contidas na “Relação dos Projetos de Reforma Agrária do Brasil” (INCRA, 2011). Foi possível analisar a repartição dos projetos de reforma agrária por município, quantificando as informações referentes ao número de projetos, área (superfície) dos assentamentos, capacidade de assentamento de famílias, número de famílias assentadas, taxa de assentamento de famílias, tempo de criação (da desapropriação da propriedade até a criação oficial) e fases de implementação do assentamento. Antes dos resultados desta análise, apresentamos um resgate histórico-geográfico da formação regional, que enfatiza o papel preponderante, porém subordinado, do trabalho na produção desse espaço regional cacauero, bem como uma síntese do contexto das políticas públicas e dos movimentos sociais que desencadearam na criação dos projetos de reforma agrária.

2. A SUBORDINAÇÃO DO TRABALHO NA PRODUÇÃO DE UM ESPAÇO REGIONAL CACAUEIRO

Foi ao longo do século 19 que o cacau passou de um produto menor à mercadoria de exportação. Nas primeiras décadas do século 19, segundo Garcez e Freitas (1979, p. 21), as exportações regionais de amêndoas de cacau eram irregulares e ainda bem pouco volumosas, como em 1834, quando a zona do cacau exportou 26,5 toneladas. Foi a partir desse ano que as exportações tornaram-se regulares e, ao longo do século 19, ultrapassaram as centenas toneladas, em 1860 (579 t), e as milhares de toneladas, em 1890 (3.503 t). Contudo, de acordo Furtado (2007, p. 212), “a importância do cacau em fins do século 19 ainda era relativamente pequena, representando tão só 1,5% do valor das exportações do país nos anos [18]90”. Segundo Guerreiro de Freitas (2011), a historiografia considera o período que vai de 1890 a 1940 como os anos de implantação da monocultura, embora se acredite que as terras mais aptas para a plantação do cacau já teriam sido ocupadas até 1920.

Foi nesse período que se formou uma fronteira agrícola, no Sul da Bahia, a partir da ocupação, disputa e conflito por de terras. Pessoas chegavam “dos sertões baianos e nordestinos, do Recôncavo canavieiro e do exterior, representado por europeus para comprar e vender cacau, por sírios e libaneses que queriam mercar quase tudo e moças que se encarregavam da diversão dos mais afortunados” (GUERREIRO de FREITAS, 2011, p. 3). O incremento demográfico regional, segundo o autor, ocorreu a uma taxa média anual de cerca de 6%, entre 1890 e 1920, em função da chegada de migrantes atraídos pelas oportunidades de trabalho, pela água abundante e, principalmente, por oportunidades de enriquecimento rápido. Nas primeiras décadas do século 20, as produções anuais de cacau em amêndoas da região ultrapassaram as dezenas aos milhares de toneladas. Na zona do cacau, em 1925, segundo Santos (1957, p. 102), foram produzidas 70.468 toneladas de amêndoas de cacau,

em 1935 foram 120.162 e, em 1955, atingiram as 144.584 toneladas ³. De acordo com Dean (1996, p. 263),

Entrementes, no sul da Bahia, era aberta uma nova frente do sistema de *plantation*, quando o cacau, transferido da região amazônica, encontrou solos adequados e os produtores conquistaram uma cota considerável do mercado dos Estados Unidos. Na metade da década de 30, cerca de mil km² devem ter sido convertidos na zona do piemonte centrada em Ilhéus. Esta forma de derrubada foi um pouco mais benigna que a praticada na zona do café. Em muitas fazendas, deixava-se de pé certo número de árvores da floresta primária que propiciavam condições de crescimento semelhantes às de seu hábitat nativo, de patamar inferior. Esse sistema, chamado cabroca, aumentava a vida produtiva dos pés de cacau e pode ter reduzido o perigo de pestes e parasitas. Não foi, contudo, acompanhado de um regime de trabalho mais brando. Embora houvesse muitas propriedades de pequeno e médio porte, a maior parte da safra era produzida em grandes fazendas. Quase todos os seus trabalhadores eram migrantes, porque o cacau não exigia trato durante o ano inteiro. Recrutados de um Nordeste ainda mais empobrecido, suas condições de vida eram miseráveis. Raramente voltariam para a mesma fazenda e era escassa a poupança que levavam de volta a suas terras natais.

De acordo com Freitas (2009, p. 108), a consolidação da monocultura agroexportadora de cacau repercutiu diretamente na estrutura da propriedade da terra e nas relações sociais de produção, traduzindo-se na expropriação camponesa e na exploração dos trabalhadores rurais. Referindo-se aos anos 1970, Andrade (1977, pp. 146) afirma que as grandes fazendas pontilham na paisagem, aparecendo com verdadeiras clareiras na floresta, na medida em que a cultura do cacau, por ter sido tradicionalmente feita no sistema de “cabroca” (sombreamento), pouco modificou a paisagem florestal da região. As fazendas, segundo o autor, se destacam na paisagem pela localização de suas sedes, pelas casas de moradia dos proprietários e de seus prepostos, pelos armazéns e pelas “barcaças”, onde o cacau é posto a secar. Em contraste, conta o autor, as casas dos pequenos proprietários (burareiros), que muitas vezes cultivam a terra com as próprias mãos, são construídas de taipa e se confundem com as habitações dos trabalhadores assalariados.

Por ser uma cultura comercial por excelência e feita, quase sempre por proprietários absenteístas, a produção de cacau provocou o desaparecimento de culturas de subsistência nas áreas onde os solos lhe são favoráveis, estimulando a concentração de propriedade (ANDRADE, 1970, p. 76). A produção cacauzeira favoreceu a distinção de classes, afirma Andrade (1970, p. 77), existindo, de um lado, proprietários de grandes e médias fazendas, pequenos proprietários, capatazes e administradores, e de outro, trabalhadores que só são numerosos na época de colheita (de abril a agosto e de setembro a dezembro). Conta Andrade (1970, p. 77) que, nos demais meses do ano, era pequeno o número de trabalhadores empregados nas fazendas, daí a existência de migrações sazonais

³ De acordo com Potsch (1955, p. 160), a produção de cacau brasileira, em 1954, foi de 151.618 toneladas, sendo a Bahia, ou melhor, a região Sul da Bahia, responsável por mais de 96,6 % (146.580 t) Os demais Estados responsáveis pela produção nacional de cacau, naquele ano de 1954, segundo Potsch (1955, p. 160), foram Espírito Santo (3.237 t), Pará (982 t), Amazonas (766 t), Minas Gerais (19 t) Pernambuco (16 t), Amapá (10 t) e Maranhão (8 t).

feitas por trabalhadores vindos de outras áreas nos períodos de colheita que, ao fim dela, voltam para suas casas ou migram para as cidades da região.

Formou-se assim uma estrutura social hierarquizada, afirma Freitas (2009, p. 109), dividida entre os grandes produtores e comerciantes de cacau, que detinham a hegemonia política, e os trabalhadores rurais assalariados, segregados enquanto força de trabalho explorado. No intermédio desta hierarquização, completa Freitas (2009, p. 109), detentores de pequenas posses de terras, de pequenas unidades de produção familiar destinadas à subsistência, os burareiros constantemente subordinados à expropriação por parte da oligarquia rural. Para Baiardi (1984, p. 313), a cacauicultura conservou a estrutura produtiva do século 19, que subordina o trabalho ao capital em dois níveis: (1) entre o capital agrícola e os assalariados, e (2) entre a unidade de produção capitalista e a unidade de produção familiar. Os assalariados são subordinados pela extração da mais-valia do trabalhador assalariado precarizado, enquanto que as pequenas unidades familiares de produção estão subordinadas pela sub-remuneração de trabalho vivo, quando repassam a pequena produção (amêndoas de cacau ou alimentos) a preço baixo para as unidades capitalistas.

De acordo com Santos e Silveira (2001, p. 124), a produção brasileira de cacau historicamente se concentra na Bahia: em 1940 eram 95,24 % da área cultivada no país e 96,06 % da quantidade produzida. Segundo Andrade (1970, p. 77), a produção baiana de cacau oscilou de 131.723, em 1953, para 194.693 toneladas em 1967, com aumento de produtividade no período passando de 404 kg/ha para 1.042 kg/ha. Na década de 1970, a produção de cacau na região cacauzeira da Bahia cresceu 52,2 % (169 mil toneladas em 1970 para 257 mil em 1980), mas de acordo com Diniz e Duarte (1983, p. 130), a maior expressão do crescimento foi até 1975 (255 mil t). Para os autores, que analisaram dados do censo agropecuário de 1975 do IBGE, 189 mil pessoas estavam empregadas na atividade agrícola regional, num universo populacional constituído quase todo por trabalhadores de cacau, já que a lavoura absorvia na época mais de 90% da produção vegetal da região e, em muitos municípios, mais de 90% da produção agrícola total, que inclui a produção animal.

Esse universo de quase 200 mil trabalhadores era constituído metade pelos burareiros e metade por assalariados: “barcaceiros, tropeiros, cabos de turma, tiradores, cortadores, além de administradores e gerentes” (DINIZ e DUARTE, 1983, p. 116). De acordo com Freitas (2009, p. 109),

As relações sociais de produção estabelecidas refletiam a exploração da força de trabalho imposta pela lógica do capital: os trabalhadores não tinham os direitos trabalhistas reconhecidos, sendo em larga escala contratados de forma temporária – as chamadas “empreitadas” – e os que residiam nas unidades produtivas possuíam condições precárias de habitação e saneamento básico, sendo comum a prática do desconto de 20% do salário pelo uso familiar das benfeitorias existentes. Os homens solteiros viviam em grupos de quatro ou cinco sob as barcaças, convivendo com a periculosidade do forte cheiro do cacau em secagem; e as mulheres tinham a exploração da força de trabalho intensificada com a redução de 50% do salário. Raras eram as unidades escolares e os postos de saúde existentes localizavam-se nos centros urbanos, sendo o acesso condicionado pela localização de cada propriedade rural.

Afirma Freitas (2009, p. 109) que, na região cacaueteira, sempre foi prática comum um tipo de contratação temporária, por no máximo oito meses, denominada “empreitada”, na qual o trabalhador vende oficiosamente sua força de trabalho por serviço ou tempo determinado, e sem vínculo empregatício com o patrão, que se isenta, assim, de quaisquer responsabilidades, como a garantia do emprego ou assistência social. Nesse tipo de contratação, completa Freitas (2009, p. 109), o trabalho não recai apenas no trabalhador oficiosamente contratado, mas também sobre mulheres, idosos e crianças da família, muitas vezes solidária e, quase sempre, necessitada do pagamento prometido pelo patrão ao final da empreitada. Na entressafra, de janeiro a abril, período conhecido como “paradeiro” no Sul da Bahia, os migrantes retornavam para as suas cidades de origem ou engrossavam as periferias de Ilhéus e Itabuna, submetendo-se a condições precárias de vida nas cidades.

Diniz e Duarte (1983, p. 119), referindo-se ao final dos anos 1970 e início dos 80, descreveram esse processo de espoliação relatando que, já naqueles tempos, “um grande o número de trabalhadores rurais residentes nos povoados e cidades, em verdadeiras favelas, de condições precárias; deslocam-se a pé ou em caminhões até as fazendas, passam o dia trabalhando com péssima alimentação e, à noite, retornam à sub-habitação”. Segundo os autores, esses trabalhadores, “por excelência”, são os de mais “baixo padrão” porque, além das péssimas condições de trabalho, são obrigados a arcar com as despesas de água, luz e alimentação, pois vivem fora das fazendas. Muitas vezes, de acordo com Freitas (2009, p. 110), os trabalhadores se voltavam ao subemprego, na tentativa de sobreviverem como vendedores ambulantes e “biscateiros”.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA REGIÃO CACAUEIRA DO SUL DA BAHIA

Desde o final do século 19, o Estado brasileiro intervém nos processos produtivos da lavoura cacaueteira baiana, por meio de políticas públicas aplicadas ao desenvolvimento produtivo, como a concessão de terras, a implantação de infra-estrutura ou a modernização das técnicas agrícolas, quase sempre como resposta as demandas dos grandes produtores. Historicamente, de acordo com Freitas (2009, p. 110), as políticas públicas se direcionaram ao desenvolvimento da produção cacaueteira capitalista, que impulsionaram a extração da renda da terra por parte das empresas capitalistas, ao mesmo tempo em que legitimou a expropriação camponesa e exploração dos trabalhadores rurais. De início, conta Freitas (2009, p. 110), “com a Constituição Republicana de 1891, o Estado passou a conceder títulos de terras devolutas, às margens dos rios Almada e Cachoeira, para incentivar a expansão da cacauicultura”.

Com a formação regional, nas primeiras décadas do século 20, as corporações capitalistas incrementaram seu poder político e econômico, como com a criação do “Sindicato dos Agricultores de Cacau” e a “Associação Comercial da Bahia” que, pressionando o Estado, conseguiram que fosse construída a ferrovia Ilhéus-Itabuna (concluída em 1913), bem como fosse ampliado e modernizado o porto de Ilhéus (reforma concluída em 1923). Segundo Freitas (2009, p. 110), a modernização do porto de Ilhéus significou a perda do monopólio das casas comerciais de Salvador, na exportação do cacau para a Europa e Estados Unidos, já que, a partir de então, navios de maior calado e capacidade de transporte puderem atracar em Ilhéus e, assim, fazer a exportação diretamente desse porto regional. Ao final dos anos 1920, já consolidada a formação regional, o cacau do Sul da Bahia era o produto mais importante da pauta de exportações da Bahia e o terceiro na pauta de exportações brasileiras (FREITAS, 2009, p. 110).

Entretanto, com a depressão econômica mundial desencadeada pela crise de 1929, a demanda americana e européia por cacau foi extremamente reduzida, endividando muitos produtores que venderam antecipadamente suas futuras produções. A baixa dos preços do cacau, provocada pela fraca demanda do produto, fez com que a produção não fosse suficiente para saldar a dívida dos produtores, uma situação que, por vezes, foi irremediável, com produtores entregando as terras dadas como garantia aos créditos antecipados pelos bancos e agências comerciais. Foi nesta conjuntura que, em 1931, segundo Diniz e Duarte (1983, p. 42), o Estado baiano financiou as dívidas do cacauicultores e criou o “Instituto do Cacau da Bahia (ICB), uma cooperativa controlada pelo Estado, que procurou atender as reivindicações das lideranças regionais, mas também controlar a produção regional por meio de suas normas e políticas. Segundo Diniz e Duarte (1983, p. 42), com a criação do ICB houve um aumento da produção regional de cacau, provocado pela maior concessão de crédito, pela melhoria das técnicas agrícolas e pela realização de estudos agrônômicos, bem como pela construção de estradas e pontes interligando as áreas produtoras da região ao eixo Itabuna-Ilhéus ⁴.

Contudo, com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, em 1939, mais uma vez a demanda estrangeira se reduziu, provocando novas baixas dos preços do cacau no mercado internacional, desencadeando outra crise que, mesmo com o fim da guerra em 1945, estagnou a economia regional até o fim dos anos 1950. Mais de uma década de estagnação mobilizou novamente a ação estatal, desta

⁴ Nesse momento, Itabuna teve sua função de entreposto comercial fortalecida com a convergência das estradas na direção de sua posição de encruzilhada, enquanto que Ilhéus ampliou seu histórico poder político regional reforçando sua posição marítima, fundamental para as exportações e para as ligações políticas com Salvador, a capital do Estado, somente acessível por mar na época. Em 1941, de acordo com Freitas (2009, p. 111), o ICB deixou de ser uma cooperativa, tornou-se uma autarquia estadual e assumiu o monopólio estatal das exportações de cacau por 40 anos, até ser extinto em 1982. A intervenção estatal capitaneada pelo ICB conseguiu amenizar os impactos da crise de 1929, primeiro, socorrendo os produtores endividados com a baixa dos preços das amêndoas de cacau, depois com políticas de assistência técnica que aumentaram a produção e a produtividade, bem como com a implantação de estradas e equipamentos que permitiram maior fluidez ao capital na região.

vez federal, com a criação, em 1957, da “Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira” (CEPLAC), um órgão vinculado ao Ministério da Agricultura que, de início, limitou-se ao financiamento das dívidas dos produtores (DINIZ e DUARTE, 1983, p. 50). Aos poucos a CEPLAC ampliou seu modo de atuação, integrando atividades de pesquisa, extensão rural e ensino agrícola, que lhe deram prestígio e reconhecimento pelos ganhos em produção e produtividade obtidos na região a partir de sua criação ⁵.

Sob os auspícios da CEPLAC, produtividade anual média da região, entre 1963 e 1986, passa de 300 para 700 kg/ha, contribuindo para que a produção anual média de amêndoas de cacau ultrapassasse as 350 mil toneladas anuais nos anos 1980 (VIRGENS FILHO *et al*, 1993, p. 11). De acordo com Freitas (2009, p. 114), a região cacaueira apresentou na década de 1980 um aumento de 235% de sua produção, o que significou por si só um acúmulo de 1,25 milhões de toneladas de amêndoas de cacau nos estoques mundiais. Para Dean (1996, p.314), o plantio do cacau se expandiu rapidamente enquanto os preços aumentaram até 1986, ocupando 7 mil km² naquele ano. Com a produção concorrente também em alta, notadamente na Costa do Marfim, foi gerado um descompasso entre os ritmos de produção e consumo “que resultou num panorama de queda persistente dos preços mundiais: de faixas acima dos US\$ 4.500, as cotações das bolsas de Londres e Nova Iorque caíram aquém dos US\$ 1.000 à tonelada do cacau” (FREITAS, 2009, p. 114).

A baixa dos preços, provocada pelo excesso de produção dos anos 1980, mais uma vez levou os produtores ao endividamento, uma situação que se agravou com as estiagens dos anos de 1987 e 1988, bem como pela proliferação do fungo da “vassoura de bruxa” que, a partir de 1987, começou a infectar os pés de cacau comprometendo a produção regional. Segundo a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER, 2004, p. 40), a produção baiana de cacau se reduziu pela metade no início dos 1990, de 355 mil toneladas na safra de 1989-90 para 156 mil toneladas na de 1996-1997 ⁶. A brusca redução da produção de amêndoas de cacau trouxe consigo mudanças no uso das terras e na distribuição da população que vive na região. Na década de 1990, a população absoluta da região manteve-se na casa do 1 milhão de habitantes, entretanto, a

⁵ Todavia, observa Freitas (2009, p. 112), “um aspecto importante a ser destacado é que se por um lado as intervenções estatais aliviaram as preocupações imediatas dos cacaucultores, por outro significaram o aumento da dependência política das lideranças locais ao Estado”. Como reação, os produtores da região criaram, em 1963, o “Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau” (CCPC), que tinha como objetivo assistir a CEPLAC no relacionamento com os cacaucultores, inclusive na filosofia e execução do programa de amparo e fortalecimento da lavoura cacaueira desenvolvido pelo órgão. Para Guerreiro de Freitas (2011), a elite regional tinha uma interpretação de que era objeto de exploração por parte do Estado, notadamente pelo fato de as receitas geradas pelo cacau não serem reinvestidas na região.

⁶ Em 1991, o Sul da Bahia detinha 92,8% da produção brasileira, em grande parte, destinada à exportação, competindo com a produção dos países africanos do Golfo da Guiné (ANDRADE, 1997, p. 124). Apesar do aumento da importância relativa de produções de cacau no Pará e no Espírito Santo, a primazia continua sendo baiana: em 1996, 83,57 da área cultivada no país e 79,52 % da produção nacional (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 124). Atualmente, a região cacaueira da Bahia produz em torno de 120 a 150 mil toneladas por ano, mais ou menos o que produzia anualmente entre os anos 1950 e 1970.

urbanização se ampliou em 15%, ou seja, os urbanos já eram mais de 800 mil no final do século 20 (IBGE, 1991; 2001).

Para Cullen Jr, Alger e Rambaldi (2005, p. 204), embora uma quantidade significativa dos desempregados tenha deixado a região, os que permaneceram sem terra para trabalhar constituíram um “batalhão de reserva” para o movimento organizado por reforma agrária. De acordo com os autores, aproximadamente 200 mil trabalhadores rurais perderam seus empregos nas plantações de cacau do Sul da Bahia, no início dos anos 90, quando o preço do cacau entrou em declínio no mercado mundial, não cobrindo os custos de produção, agora ainda mais elevados por causa dos tratos com a “vassoura-de-bruxa”. Os trabalhadores que permaneceram nas fazendas tiveram redução de salários ou, então, foram submetidos ao “sistema de arista”, no qual “o proprietário extrai a renda da terra concedendo-a ao trabalhador para cultivá-la na contrapartida de receber parte da produção como fora de pagamento pelo uso da terra” (FREITAS, 2009, p. 119).

Com o fim do período de ditadura militar, em meados dos anos 1980, os movimentos sociais de luta pela terra se mobilizaram em diversos municípios do país, pressionando o Estado brasileiro num contexto de modernização da agricultura e expansão das relações capitalistas no campo. Segundo Freitas (2009, p. 146), no Sul da Bahia ocorreu a “luta dos posseiros” desencadeada notadamente, a partir de 1984, com a ocupação da fazenda Puxim (município de Canavieiras) e das fazendas Sarampo, Francônia e Serra da Onça (município de Santa Luzia). As fazendas Puxim e Sarampo foram as primeiras a serem desapropriadas para fins de reforma agrária pelo INCRA, em agosto de 1985, depois de ocorridos conflitos e mortes, como de uma família de posseiros da fazenda Serra da Onça (FREITAS, 2009, p. 147). Classificado como “assentamento consolidado” segundo as fases de implementação do INCRA, o “Projeto de Assentamento (PA) Puxim/Sarampo” só foi oficialmente criado dezesseis anos depois, em novembro de 2001, o que denota a dificuldade histórica de regularização das terras para esses posseiros.

Os direitos humanos dos posseiros foram inicialmente defendidos pela “Comissão Pastoral da Terra” (CPT) e pelas “Comunidades Eclesiásticas de Base” (CEBs) que, depois dos conflitos e mortes em Santa Luzia, redirecionaram as suas ações, até então restritas ao trabalho de formação de base, e se engajaram politicamente na organização social da luta pela terra (FREITAS, 2009, p. 148). Segundo Cullen Jr, Alger e Rambaldi (2005, p. 204), organizações trabalhistas como o “Movimento de Libertação da Terra” (MLT) e o “Movimento de Luta dos Sem-Terra” (MLST) também se envolveram na organização social dos posseiros da região. Como consequência, outras nove propriedades foram desapropriadas pelo INCRA na segunda metade dos anos 1980: outra em Santa Luzia, uma em Itacaré e outras três em Una (em 1986); uma em Wenceslau Guimarães (em 1987); uma em Uruçuca e outras duas em Belmonte (em 1988). Para Freitas (2009, p. 148), embora estes projetos tenham sido implantados como metas do I Plano Nacional de Reforma Agrária (1985), “enquadram-se na política de

regularização fundiária dos posseiros que, historicamente, se reproduziam nas terras devolutas, tendo o direito legitimado pelo uso da terra como meio de vida e trabalho”.

No final dos anos 1980 e início dos 1990, as fazendas escolhidas e obtidas destinadas pelo INCRA, para fins de reforma agrária, segundo Cullen Jr, Alger e Rambaldi (2005, p. 205), eram em geral áreas florestadas remotas em função dos critérios técnicos e legais vigentes, propriedades com mais de 20% de vegetação natural eram consideradas improdutivas. De acordo com os autores, com a chegada do “Movimento dos Trabalhadores Sem Terra” (MST) à região, a partir de 1997, as ocupações começaram a ocorrer também em propriedades com melhores solos e mais próximas as estradas pavimentadas, em contraste com as ocupações anteriores ocorridas, quase sempre, em propriedades florestadas e de difícil acesso. Segundo Cullen Jr, Alger e Rambaldi (2005, p. 205), o MST ampliou as possibilidades de ocupação e desapropriação na região tendo como base a Constituição de 1988 que, em seu capítulo primeiro (Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos), determina que a “a propriedade atenderá a sua função social”. Embora a conversão de florestas em lavouras tenha continuado na região nos final dos anos 1990, completam os autores, as ocupações de trabalhadores sem terra passaram a ser mais frequentes em áreas já desmatadas e melhor localizadas em termos de acesso.

4. A SITUAÇÃO POR MUNICÍPIO DOS PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA DA MICRORREGIÃO DE ILHÉUS-ITABUNA

No Sul da Bahia, entre setembro de 1985 e julho de 2007, foram desapropriadas 83 propriedades para a criação de projetos de assentamento (PAs) que, até agosto de 2011, estavam em diferentes fases de implementação, nos termos do INCRA (2011), desde assentamentos apenas criados até outros já instalados, estruturados ou consolidados (figura 3). Além das desapropriações, houve o confisco de uma propriedade, em Ubatã, também para a criação de um projeto de assentamento, bem como o reconhecimento de uma enorme área, com mais de 100 mil hectares, como “Reserva Extrativista”, a “RESEX Canavieiras”, o maior projeto criado pelo INCRA na microrregião de Ilhéus-Itabuna. Em um apêndice, após as referências bibliográficas, apresentamos uma relação dos projetos de reforma agrária criados na microrregião de Ilhéus-Itabuna, onde constam o nome dos projetos, a data de obtenção das terras, a área, a capacidade de famílias, o número de famílias assentadas, o tempo de criação oficial e a fase de implementação de acordo com os critérios do INCRA.

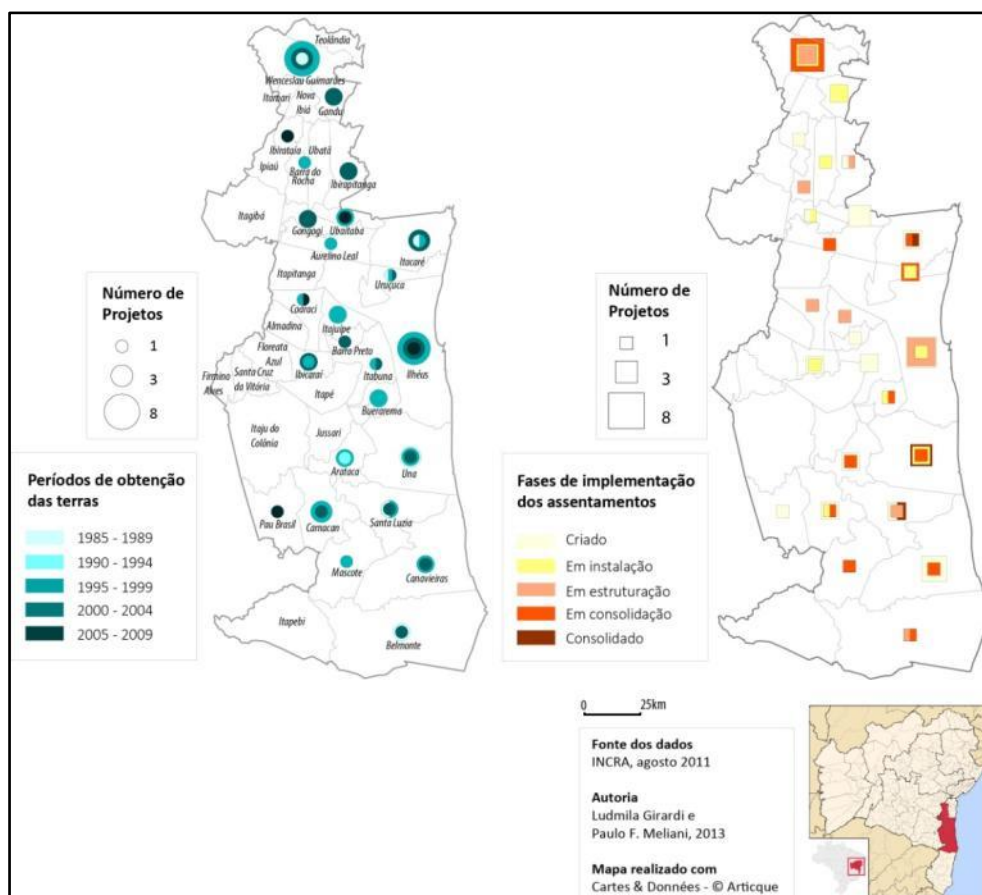


Figura 3. Período de obtenção das terras e fases de implementação dos projetos de reforma agrária da Microrregião de Ilhéus-Itabuna
Fonte: INCRA (2011).

As primeiras dez propriedades, obtidas pelo INCRA para fins de reforma agrária no Sul da Bahia, foram desapropriadas na segunda metade dos anos 1980: primeiro em Santa Luzia (1985 e 1986), em Itacaré (1986), em Una (1986), em Wenceslau Guimarães (1987), em Belmonte (1988) e em Uruçuca (1988). Os assentamentos criados nas áreas desapropriadas em Santa Luzia (PAS Puxim/Sarampo e Fazenda Poço), em Itacaré (PA Marambaia) e em Una (PAS Fazenda Cajueiro e Fazenda Fortaleza), já estão consolidados, ou seja, passaram por todas as fases de implementação. Os PAS Vila Tancredo (Wenceslau Guimarães) e Piassava (Belmonte), até agosto de 2011, estavam na fase de consolidação, enquanto que o PA Tuiuty (Belmonte), estava em fase de estruturação.

Em algumas destas propriedades, desapropriadas entre 1986 e 1988, os assentamentos foram rapidamente criados, como o Guanabara, em Una, que levou apenas pouco mais de três meses para ser criado, ou o Fazenda Poço, em Santa Luzia, que levou 8 meses. Por outro lado, alguns assentamentos desta primeira fase de desapropriações levaram décadas, como o Puxim/Sarampo (Santa Luzia), criado depois de quinze anos da obtenção das propriedades pelo INCRA, e os PAS Fazenda Cajueiro e Fazenda Fortaleza (Belmonte), que esperaram mais de catorze anos para serem criados, além do PA Marambaia (Itacaré), criado 10 anos depois da desapropriação de suas terras.

Depois dessa primeira leva de desapropriações (1985-1988), não houve outras até 1993, quando no município de Arataca foi desapropriada uma propriedade para a criação do assentamento Terra Vista, que esperou quase 2,5 anos para ser oficialmente criado pelo INCRA, em março de 2005. O PA Terra Vista ainda não foi completamente instalado, encontrando-se ainda na “fase 3” (assentamento criado), segundo as fases de implementação do INCRA. Uma segunda e mais numerosa leva de desapropriações ocorreu no Sul da Bahia, entre 1995 e 1999, quando foram desapropriadas 40 propriedades nos municípios de Arataca (2), Aurelino Leal (1), Barra do Rocha (1), Buerarema (2), Camacan (3), Canavieiras (2), Coaraci (1), Ibicaraí (1), Ilhéus (7), Itabuna (1), Itacaré (1), Itajuípe (2), Mascote (1), Santa Luzia (2), Ubaitaba (2), Una (2), Uruçuca (1) e Wenceslau Guimarães (8).

Os assentamentos projetados para essas 40 desapropriações ocorridas entre 1995 e 1999 foram criados num prazo máximo de 2 anos e 3 meses. Alguns em apenas um mês, como o assentamento Nova Ypiranga, em Camacan, mas o tempo médio de criação destes assentamentos foi de pouco mais de 7 meses. Nenhum destes 40 assentamentos, até agosto de 2011, encontrava-se “consolidado” segundo o INCRA (2011), todavia 15 deles, situados em Wenceslau Guimarães (6), Camacan (1), Itacaré (1), Aurelino Leal (1), Uruçuca (1), Arataca (1), Una (1), Canavieiras (1), Buerarema (1) e Mascote (1), estavam na penúltima fase de implementação, a de “consolidação”. Por outro lado, são 14 os assentamentos apenas criados, onde estão ainda por vir os demais processos de implementação até a consolidação. Dos demais 11 assentamentos, criados a partir das desapropriações deste período (1995-1999), dois encontravam-se em fase de instalação e nove na da estruturação, até agosto de 2011.

Entre 2000 e 2004, ocorreu uma terceira leva de desapropriações, menos vigorosa que a anterior, quando 25 áreas foram obtidas por desapropriação pelo INCRA: em Ilhéus (3), Itacaré (3), Wenceslau Guimarães (3), Gandu (2), Gongogi (2), Ibicaraí (2), Ibirapitanga (2), Itabuna (1), Santa Luzia (1), Una (1) e Uruçuca (1). O tempo médio de criação dos projetos de assentamento nestas terras foi de 2 anos e 3 meses, bem mais alto que no período anterior, porém houve casos de assentamentos criados rapidamente, como o João Epifânio em Itacaré, que levou pouco mais de 2 meses para ser oficialmente criado, ou ainda o Nova Galícia, em Una, criado em pouco mais de 8 meses depois da desapropriação. De outro modo ocorreu com o assentamento Fazenda Dois Irmãos, em Wenceslau Guimarães, que precisou de 5 anos e 3 meses para ser criado ou, ainda, os assentamentos São Bento, em Ilhéus, e Nova Vida, em Itacaré, que foram criados oficialmente somente 2 anos depois de desapropriadas as terras pelo INCRA.

Nenhum dos 25 projetos, criados nas terras desapropriadas neste período (2000-2005), encontrava-se na fase final de implementação dos projetos de reforma agrária do INCRA, ou seja, nenhum deles encontra-se na situação de assentamento consolidado. Em agosto de 2011, segundo o INCRA, 11 deles ainda estavam ainda na fase de “assentamento criado”, enquanto que apenas 2 estão mais avançados, na fase de “estruturação”. Numa fase anterior, de “instalação”, estão os outros 12

assentamentos criados nas terras desapropriadas entre 2000 e 2004. A partir de 2005, poucas áreas foram desapropriadas para que fossem criados assentamentos no Sul da Bahia. De agosto de 2005 a julho de 2007, segundo o INCRA (2011), foram desapropriadas apenas outras 5 áreas, onde foram criados projetos de assentamento: em Coaraci, Ibirataia, Ilhéus, Ubaitaba e Pau Brasil. Além destes, não existe o registro da data de obtenção das terras desapropriadas para a criação do PA Fábio Henrique Cerqueira, em Ilhéus, nem da obtenção das terras por confisco para a criação do PA Nova Olinda, em Ubatã.

Em síntese, entre 1985 e 2009, segundo o INCRA (2011), foram criados 85 projetos de reforma agrária em 26 dos 41 municípios que compõem a microrregião de Ilhéus-Itabuna, notadamente nas porções litorânea e norte, com destaque para Ilhéus e Wenceslau Guimarães, respectivamente, pelo fato de estarem em seus respectivos territórios 12 projetos de assentamento (figura 4). Dos 85 projetos de reforma agrária, apenas um não é um projeto de assentamento (PA), como dissemos, mas sim uma “Reserva Extrativista”, a RESEX Canavieiras que, dentre todos os projetos criados pelo INCRA na região, é o que possui a maior área (100.645 hectares). Criada em dezembro de 2009, a RESEX Canavieiras, segundo INCRA (2011), encontra-se na fase “assentamento criado”, ou seja, ainda estão por vir os processos de implantação, estruturação e consolidação do projeto.

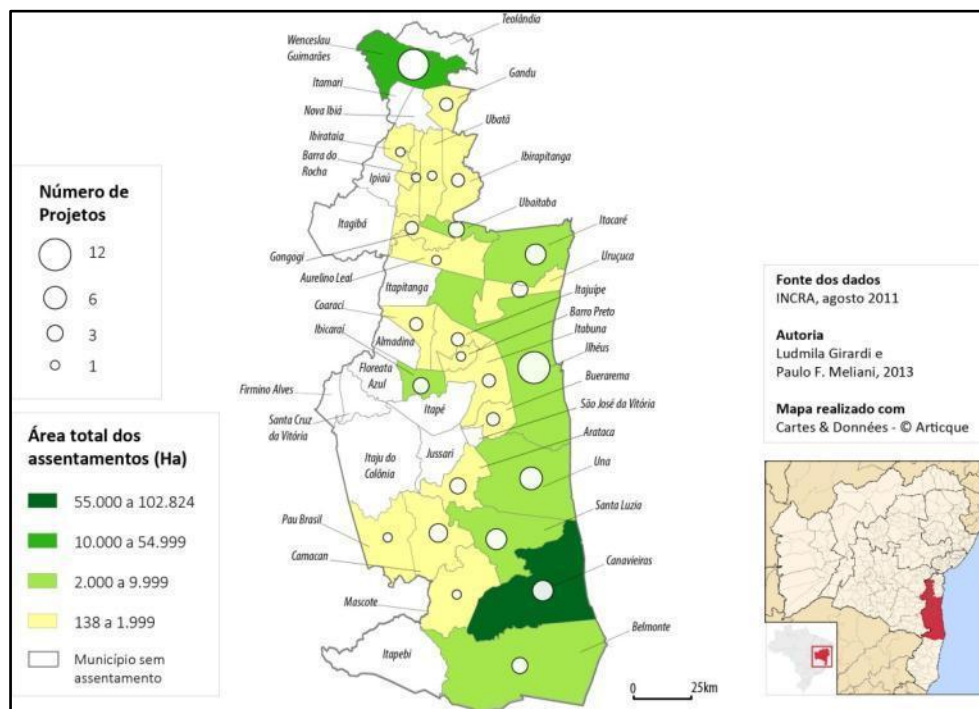


Figura 4. Número e área por município dos projetos de reforma agrária da Microrregião de Ilhéus-Itabuna
Fonte: INCRA (2011).

Por causa dos poucos mais de 100 mil hectares da RESEX, Canavieiras é o município que, em seu território, possui a maior superfície destinada a projetos já criados pelo INCRA no Sul da Bahia.

São mais de 102.824 hectares quando somadas as áreas dos outros quatro projetos de assentamento existentes no município (PA Pinga-Pinga, PA Canaã II, PA Campinhos, PA São José). Somente a área da RESEX Canavieiras é quase duas vezes maior que a soma das áreas de todos os 84 projetos de assentamento do Sul da Bahia (55.535 hectares).

Dentre estes outros 84 projetos, o PA Piassava, criado em 1989 no município de Belmonte, é o de maior área (3.035 ha), bem como aquele que possui a maior capacidade de assentamento na região (106 famílias). No entanto, o PA Piassava de Belmonte atende 90 famílias (84,9% de sua capacidade) e, até agosto de 2011, estava em fase de consolidação. Belmonte possui quase 4 mil hectares de terras desapropriadas para a criação de seus 3 projetos de assentamento (PAs Piassava, Tuiuty e São Francisco de Assis do Jequitinhonha), montante que o coloca em 6º lugar entre os municípios com maiores áreas disponibilizados para a criação de projetos de assentamento na região.

Wenceslau Guimarães é o município com maior área desapropriada para reforma agrária na região, a soma das áreas dos seus 12 projetos de assentamento ultrapassa os 10,5 mil hectares, com destaque para o assentamento Novo Horizonte com quase 2,5 mil hectares. O Novo Horizonte é o terceiro maior assentamento em área da região, está em fase de consolidação e atende 105 famílias, que é a plena capacidade projetada pelo INCRA para este assentamento. Em Wenceslau Guimarães, além do Novo Horizonte, estão outros 5 dos 15 projetos de assentamento com maior área na microrregião de Ilhéus-Itabuna: os PAs Fábio Henrique, Boa Sorte, Resistente, São João e Vila Tancredo Neves.

Santa Luzia, um dos municípios onde se originaram os movimentos sociais por reforma agrária na região, é o 3º em terras desapropriadas para a criação efetiva de assentamentos, com mais de 6 mil hectares distribuídos pelos 5 projetos de assentamento existentes em seu território. Além do originário assentamento Puxim/Sarampo, que é o 2º maior em superfície na região Sul da Bahia, com mais de 2,8 mil hectares, o município de Santa Luzia possui outro grande projeto de assentamento, o Fazenda Poço (que possui mais de 1,8 mil ha), além de outros 3 assentamentos menores: os PAs Sossego I (705 ha), Terra de Santa Cruz (382 ha) e Conjunto Coary (258 ha).

Ilhéus é o 4º município em terras desapropriadas para a criação de assentamentos na região, são mais de 5 mil hectares distribuídos em 12 assentamentos, com destaque para o PA João Amazonas, que possui mais de 830 hectares e atende 84 famílias. Em Una, a soma dos 6 projetos de assentamento criados no município ultrapassa os 4.650 hectares, com destaque para 3 dos maiores da região, os PAs Ypiranga (1.260 ha), Fazenda Cajueiro (1.162 ha) e Fazenda Fortaleza (1.056 ha). Extensas áreas com milhares de hectares foram desapropriadas também em Belmonte, Itacaré, Ubaitaba, Ibicaraí, Camacan, Arataca e Uruçuca. Destaca-se, em Uruçuca, o assentamento Tijuípe, com mais de 1,1 mil hectares, o 9º maior da região. Barra do Rocha e Ibicaraí, apesar de contarem com apenas um projeto cada um, se destacam pela dimensão de seus assentamentos: respectivamente, o Coroa Verde (1.477 ha), o 5º maior da região, e o Conjunto Vila Isabel (1.016 ha), o 12º maior.

Os assentamentos criados em Canavieiras, Wenceslau Guimarães, Ilhéus e Santa Luzia são também aqueles que reúnem a maior capacidade de assentamento da região, apesar de muitos deles não estarem plenamente ocupados, com taxas de assentamento de famílias na casa dos 90% (figura 5). Apenas os projetos criados em Itabuna, Barro Preto, Gandu, Mascote e Ibirataia é que apresentam taxa plena de ocupação. Em números absolutos, em função da RESEX, é em Canavieiras que se encontram os projetos com maior capacidade de assentamento (1.453 famílias), mas com uma taxa de 91,98%, ou seja, 1.336 famílias foram assentadas nos projetos de reforma agrária criados no município.

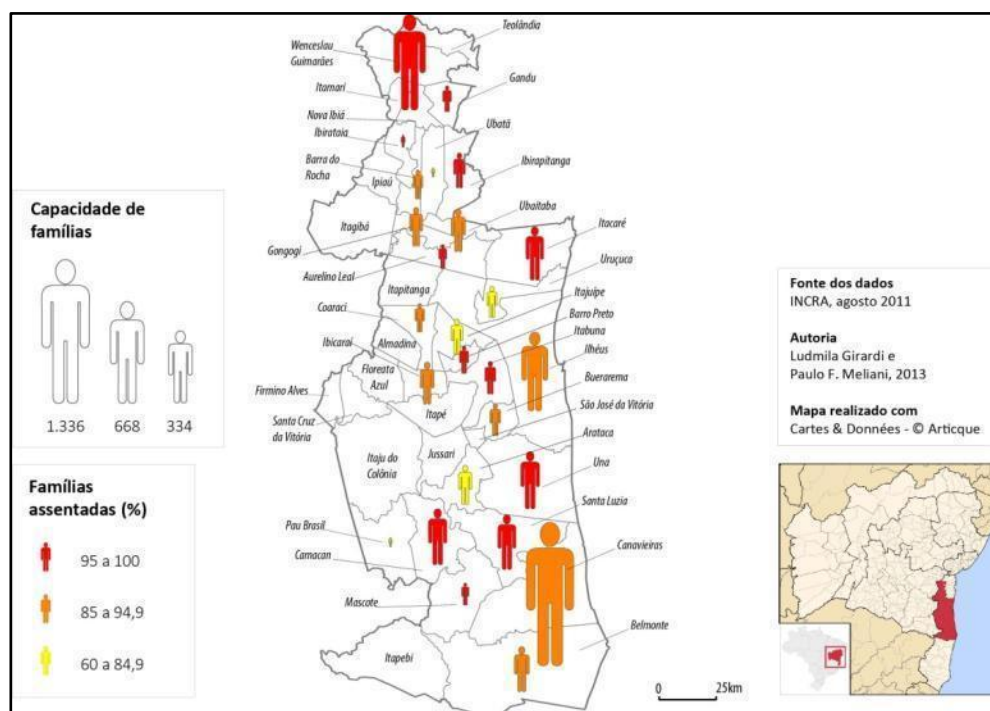


Figura 5. **Capacidade de famílias e famílias assentadas nos projetos de reforma agrária da Microrregião de Ilhéus-Itabuna**
Fonte: INCRA (2011).

Os municípios de Wenceslau Guimarães e Ilhéus, que possuem cada um em seus territórios 12 projetos, são os que seguem Canavieiras na capacidade de assentamento de famílias. Em Wenceslau Guimarães, 595 famílias foram assentadas, o que corresponde a 96,59% da capacidade dos assentamentos do município, enquanto que em Ilhéus foram assentadas 402 famílias, pouco mais de 94% da capacidade de assentamento dos projetos criados no município. Os projetos criados em Una, Camacan e Santa Luzia podem assentar, em cada um desses municípios, mais de 200 famílias, cifra quase alcançável nos assentamentos de Itacaré. Nos projetos criados nesses quatro municípios, a taxa de assentamento é superior a 95%, ou seja, praticamente não existe capacidade ociosa nos assentamentos.

Por outro lado, existem assentamentos subutilizados na região, com menos de 75% de famílias assentadas, notadamente nos assentamentos de Uruçuca (50,65%), Pau-Brasil (60%), Ubatã (60%) e Arataca (68%). No PA Tijuípe, em Uruçuca, a capacidade de assentamento é de 40 famílias, contudo apenas 2 famílias foram assentadas, o que representa apenas 5% da capacidade deste assentamento de mais de mil hectares. O PA Grupo Santo Antonio, em Arataca, um assentamento com mais de 500 hectares, também é bastante subutilizado, pois foram assentadas ali apenas 35 famílias, enquanto que a capacidade do assentamento é de 80 famílias (apenas 43,75% da capacidade). Outros assentamentos bastante subutilizados, também com menos de 75% de famílias assentadas, são os PAs Nova Olinda (60%) em Ubatã, o Pau Brasil (60%) em Pau Brasil, o Campinhos (65%) em Canavieiras, o Helvécia (65,45%) em Itajuípe, o Cachoeira Bonita e o Conceição (66,67%) em Ubaitaba, e o Etevaldo Barreto Pelé (75%) em Ibicaraí.

Grosso modo, a taxa média de famílias assentadas nos 85 projetos de reforma agrária do Sul da Bahia é de 91,64%, contudo, em 33 assentamentos a ocupação é plena. Apenas 2 assentamentos na região são “sobre ocupados”, ou seja, foram assentadas neles mais famílias do que a capacidade projetada pelo INCRA: nos PAs Nova Ypiranga, em Camacan, no Guanabara, em Una. No PA Nova Ipiranga de Camacan, um dos maiores assentamentos da região, foram 107 famílias assentadas, porém a capacidade projetada deste assentamento é de 100 famílias, enquanto que no PA Guanabara de Una, um pequeno assentamento, com capacidade pra 12 famílias, foram 13 as famílias assentadas.

5. CONCLUSÕES

Considerando o número, a área e a capacidade dos projetos destacam-se os assentamentos criados nos municípios de Wenceslau Guimarães, Ilhéus, Canavieiras, Santa Luzia, Una, Itacaré, Belmonte, Ubaitaba, Camacan, Ibicaraí e Arataca. Entretanto, a despeito da quantidade, tamanho e capacidade dos assentamentos criados nesses municípios, somente o conjunto de assentamentos de Camacan, Wenceslau Guimarães, Una e Itacaré estão entre os que apresentam as maiores taxas de assentamento de famílias, superiores a 96%. Por outro lado, no conjunto de assentamentos criados em Arataca, por exemplo, pouco mais de 2/3 (68%) da capacidade instalada (para 150 famílias) estava efetivamente ocupada por famílias assentadas.

Em apenas 5 destes 11 municípios destacados em função da quantidade, tamanho e capacidade de seus assentamentos, o tempo médio da obtenção das terras até a criação oficial pelo INCRA não ultrapassou um ano: em Camacan, Arataca, Ibicaraí, Ubaitaba e Ilhéus. De outro modo ocorreu com o conjunto de assentamentos criados em Una, Santa Luzia, Itacaré e Belmonte, onde o tempo médio de criação oficial ultrapassou em muito os dois anos. Em Una, por exemplo, o tempo médio de criação oficial dos assentamentos ultrapassou os cinco anos, enquanto que em Santa Luzia levaram quase

quatro anos em média para serem criados oficialmente. Vale lembrar que foi nos territórios desses dois municípios (Uma e Santa Luzia) que se iniciaram os movimentos sociais contemporâneos por reforma agrária no Sul da Bahia, em meados dos anos 1980.

Segundo o INCRA (2011), quase 40% dos assentamentos foram “apenas criados” no Sul da Bahia, estando por virem ainda todas as demais fases preconizadas pelo INCRA. Até agosto de 2011, estavam em fase de instalação 15 assentamentos, enquanto que, na fase de estruturação, estavam outros 13 assentamentos criados pelo INCRA nos municípios da microrregião de Ilhéus-Itabuna. Dentre todos os 85 projetos, apenas 6 estavam consolidados e 18 em fase de consolidação no Sul da Bahia. O município de Wenceslau Guimarães, o maior em número de assentamentos (12 como em Ilhéus) e o 2º maior em área, capacidade e famílias assentadas, é também o que apresenta o maior número de assentamentos consolidados ou em fase de consolidação, eram 7 em Wenceslau Guimarães até agosto de 2011. Até essa data, existiam 3 assentamentos consolidados e um em consolidação no município de Una, outros 2 consolidados em Santa Luzia, enquanto que em Itacaré existia um assentamento consolidado e outro em consolidação. Os demais assentamentos em fase de consolidação estão nos municípios de Uruçuca, Aurelino Leal, Camacan, Mascote, Arataca, Buerarema, Canavieiras e Belmonte.

A análise da situação dos projetos de reforma agrária do Sul da Bahia constatou que, a partir do final dos anos 1980, começaram a ocorrer desapropriações para a criação de assentamentos, que ocorreram de forma mais numerosa entre os anos 1995 e 2004. A partir de então, tem sido inexpressiva a obtenção de terras pelo INCRA, numa espécie de “encerramento” da reforma agrária, nos termos de Freitas (2009, p. 184), no contexto da “Política de Desenvolvimento Territorial Rural no Litoral Sul” adotada pelo Estado da Bahia, em 2003. Para a autora, este modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado “reinventa” a essência territorial da “autonomia política na prática social”, a partir da inserção da agricultura familiar nas cadeias produtivas locais, por meio da concessão de créditos de fomento à produção e a infra-estrutura.

Para Freitas e Germani (2010, p. 2), ainda que a reforma agrária seja reproduzida no discurso governamental como essencial para a promoção do desenvolvimento rural, a criação de novos assentamentos por meio de desapropriações não se configura como prioridade para o Estado. As políticas têm priorizado a consolidação dos assentamentos já existentes, afirmam os autores, notadamente por meio da concessão de crédito para o incremento da produção que, supostamente, possibilitará a emancipação dos assentados tornando-os agricultores familiares “devidamente” integrados ao mercado. Assim, as políticas públicas atuais redefinem o sentido da reforma agrária priorizando não mais a socialização da terra, mas a transformação dos assentamentos existentes em espaços da produção capitalista, viáveis economicamente, voltados exclusivamente para o mercado.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia econômica do Nordeste – O espaço e a economia nordestina**. 1ª edição. São Paulo, SP: Editora Atlas, 1970. 177 p.
- BAIARDI, Amilcar. **Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacauzeira da Bahia**. São Paulo, SP; Salvador, BA: Hucitec, 1984. 156 p.
- CAVALCANTI, Márcio Alves. **Estratificação de ambientes, com ênfase no solo, da região de Itacaré – BA**. Dissertação de Mestrado em Solos e Nutrição de Plantas. Viçosa, Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa, 1994. 73 p.
- CONDER. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Plano Diretor Urbano de Itacaré - versão para discussão com a comunidade local**. Salvador, BA: Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Governo do Estado da Bahia, março de 2004.
- CULLEN JR, Laury, ALGER, Keith e RAMBALDI, Denise M. *Reforma agrária e conservação da biodiversidade no Brasil nos anos 90: conflitos e articulações de interesses comuns*. **Megadiversidade. Volume 1, n. 1**. Minas Gerais: *Conservation International do Brasil*, julho 2005.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. Tradução de Cid Knipel Moreira; Revisão técnica de José Augusto Drummond. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1996. 491 p.
- DINIZ, José Alexandre Filizola; DUARTE, Aluísio Capdeville. **A região cacauzeira da Bahia**. Recife, PE: Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)/Universidade Federal de Sergipe (UFS), 1983, 298 p.
- FREITAS, Hingryd Inácio de. **A questão (da reforma) agrária e a política de desenvolvimento territorial rural no litoral sul da Bahia**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 2009. 227 p.
- FREITAS, Hingryd Inácio de; GERMANI, Guiomar Inez. *A questão da (reforma) agrária e a política de desenvolvimento territorial rural no litoral sul da Bahia*. **Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos (ENG 2010)**. Porto Alegre, RS: UFRGS, julho de 2010.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34ª edição. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2007. 351 p.
- GARCEZ, Angelina Nobre Rolim; FREITAS, Antonio Fernando G. de . **Bahia Cacauzeira: um estudo de história recente**. Estudos baianos. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 1979.
- GUERREIRO de FREITAS, Antonio Fernando. *A formação da região cacauzeira baiana ou das amêndoas douradas e o seu doce/amargo chocolate*. **Anais do Simpósio Internacional “Cacau e Chocolate: Percursos entre Produtores e Consumidores”**. Salvador, BA: *Goethe-Institut*, 2011.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Primeiros resultados do Censo 2010**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2010.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2000 – Dados Preliminares**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2001.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Volume 1. Rio de Janeiro, RJ: Fundação IBGE, 1990.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relação dos Projetos de Reforma Agrária do Brasil**. Brasília, DF: Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT), 2011.
- MELLO e SILVA, S. C. B.; SILVA, B. M. N.; LEÃO, S. O. **O subsistema urbano-regional de Ilhéus-Itabuna**. Série Estudos Regionais (16). Recife, PE: SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), 1987.
- NENTWIG SILVA, Barbara-Christine; NASCIMENTO, Dária Maria Cardoso; PEREIRA, Gilberto Corso; SOUZA, Jaimeval Caetano de; CUNHA, Maria da Conceição de

- Oliveira; MELLO e SILVA, Sylvio Bandeira de. **Atlas Escolar, Bahia: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa, PB: Grafset, 2000. 171 p.
- POTSCH, Waldemiro. **O Brasil e suas riquezas - Brasilogia**. 27ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Francisco Alves, 1955. 380 p.
- SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. 4ª ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 1996. 113 p.
- SANTOS, Milton. *Analyse régionale et aménagement de l'espace: vers une méthode d'étude des forces "externes" d'élaboration des sous-espaces dans les pays sous-développés*. **Revue Tiers-Monde**. Tome 12. Nº 45. Paris, France: Éditions Armand Colin, 1971. pp. 119-203.
- SANTOS, Milton. **Zona do Cacau - Introdução ao Estudo Geográfico**. 2ª edição. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1957. 125 p.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2001. 471 p.
- SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Divisão Político-Administrativa do Estado da Bahia**. 1 mapa colorido - escala 1: 1.500.000. Salvador, BA: Gerência de Recursos Naturais, Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, Secretaria da Educação, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2000.
- VIRGENS FILHO, A. de C. *et. al.* **A CEPLAC e a crise da lavoura cacauêira**. Fórum Setorial do Cacau. Ilhéus, Bahia: CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauêira), 1993.

Recebido

Publicado

Apêndice 1. Projetos de reforma agrária em municípios da microrregião de Ilhéus-Itabuna

Município	Projeto	Obtenção das terras	Área (Ha)	Capacidade de famílias	Famílias assentadas	Tempo de criação (meses)	Fase de implementação
Arataca	PA Rio Aliança	07/10/1997	567,5750	50	50	5	Em consolidação
	PA Terra Vista	29/10/1993	756,0314	20	17	16	Criado
	PA Grupo Santo Antônio	03/08/1998	514,0000	80	35	4	Criado
Aurelino Leal	PA Cascata	03/08/1998	597,9421	40	38	4	Em consolidação
Barra do Rocha Barro Preto	PA Coroa Verde	16/06/1999	1477,4621	60	55	4	Em estruturação
	PA Fazenda Brasil	19/03/2003	599,2004	50	50	16	Criado
Belmonte	PA Piassava	13/04/1988	3035,0000	106	90	19	Em consolidação
	PA Tuiuty	26/02/1988	510,0000	20	17	52	Em estruturação
	PA S. F.A. Jequitinhonha	06/09/2004	382,5367	25	25	10	Criado
Buerarema	PA Buique	08/10/1996	366,0200	33	28	7	Em consolidação
	PA Itararé	28/09/1999	555,5851	45	39	13	Em instalação
Camacan	PA Recordação	25/09/1998	429,4715	40	38	2	Em consolidação
	PA Entre Rios	29/09/2003	321,6977	30	29	11	Em instalação
	PA Nova Ypiranga	18/09/1997	817,9038	100	107	1	Criado
	PA Auxiliadora	25/09/1998	388,4755	35	30	3	Criado
Canavieiras	PA Campinhos	19/08/1996	500,0000	40	26	7	Em consolidação
	PA Pinga-Pinga	12/01/1995	498,0000	25	25	27	Criado
	PA São José	07/06/1996	367,7790	33	32	5	Criado
	PA Canaã II	03/05/2004	812,5776	55	55	17	Criado
	RESEX Canavieiras	não consta	100.645,85	1.300	1.198	-	Criado
Coaraci	PA Pedra Dourada	23/09/1996	373,2129	30	23	8	Em estruturação
	PA Ojeferson Santos	02/08/2005	300,4357	30	30	41	Criado
Gandu	PA Cedro III	22/03/2001	292,9892	18	18	20	Em instalação
	PA Conjunto Mineiro	16/01/2002	323,4813	26	26	15	Em instalação
Gongogi	PA Santa Irene	22/11/2001	930,8874	87	81	17	Em instalação
	PA São Jerônimo	29/12/2004	187,1690	18	17	11	Criado
Ibicará	PA Loreta Valadares	23/06/2003	519,5055	31	31	12	Em instalação
	PA Conjunto Vila Isabel	23/12/1998	1016,1156	60	55	4	Criado
	PA Etevaldo Barreto Pelé	24/09/2001	518,2684	40	30	12	Criado
Ibirapitanga	PA Serra De Areia I e II	25/02/2003	469,2184	37	36	19	Em estruturação
	PA Conjunto São João	05/08/2004	727,9551	44	44	13	Criado
Ibirataia	PA Euclides Neto II	11/11/2005	157,8425	10	10	13	Criado
Ilhéus	PA Cosme Muniz	07/10/1996	423,9910	40	35	14	Em estruturação
	PA Nova Vitória	25/06/1999	580,7954	36	36	9	Em estruturação
	PA Frei Vantuy	28/09/1999	476,4368	47	40	6	Em estruturação
	PA Dois Irmãos	09/11/1999	461,8727	25	22	5	Em estruturação
	PA João Amazonas	23/06/2003	833,2629	75	74	13	Em estruturação
	PA Dom Helder Câmara	06/08/2001	241,0700	26	26	16	Em instalação
	PA Josefa Vitória	20/11/1997	180,8300	22	22	8	Criado
	PA Ressurreição	20/11/1997	538,4417	35	35	10	Criado
	PA Conjunto Bom Gosto	07/12/1998	431,3063	40	39	9	Criado
	PA São Bento	25/02/2003	235,4819	16	15	24	Criado
	PA Faz. Rochedo e outras	28/12/2005	342,3008	35	29	11	Criado
Itabuna	PA Fábio H. Cerqueira	não consta	269,8600	30	29		Criado
	PA Manoel Chinês	25/08/1999	415,0000	40	40	7	Criado
	PA Conjunto Alemita	05/08/2004	343,3436	30	30	12	Criado
Itacaré	PA Marambaia	29/08/1986	830,5448	32	32	122	Consolidado
	PA Pancada Grande	20/06/1997	843,6291	48	48	4	Em consolidação
	PA João Epifânio	18/09/2001	368,7723	32	32	2	Em instalação
	PA Conjunto Laranjeira	13/01/2000	927,0000	30	29	9	Criado
	PA Nova Vida	06/09/2004	576,3051	44	44	23	Criado
Itajuípe	PA Loanda	04/09/1995	408,4023	50	46	14	Em estruturação
	PA Helvécia	09/11/1999	467,7240	55	36	9	Criado
Mascote	PA Nancy	23/09/1996	542,2983	32	32	8	Em consolidação
Pau Brasil	PA Pau Brasil	10/07/2007	160,6533	10	6	21	Criado
Santa Luzia	PA Puxim/Sarampo	04/09/1985	2819,9486	75	66	182	Consolidado
	PA Fazenda Poço	30/07/1986	1848,2541	68	68	8	Consolidado
	PA Terra de Santa Cruz	26/08/1999	382,6817	25	25	7	Em estruturação
	PA Conjunto Coary	29/11/1999	258,3400	18	18	23	Criado
	PA Sossego I	26/10/2004	705,4624	18	18	9	Criado
Ubaitaba	PA Conj. Cruzeiro do Sul	09/06/1999	909,8750	60	56	18	Criado
	PA C. Bonita e Conceição	25/08/1999	965,3328	60	40	3	Criado
	PA N. Sra. Aparecida	23/05/2006	261,0258	25	21	10	Criado
Ubatã	PA Nova Olinda	não consta	138,0000	10	6		Em instalação
Una	PA Guanabara	01/10/1986	286,0000	12	13	3	Consolidado
	PA Faz Cajueiro	18/12/1986	1162,8200	55	54	179	Consolidado
	PA Faz Fortaleza	19/12/1986	1056,0956	50	49	179	Consolidado
	PA Ipiranga	13/11/1997	1260,9975	45	44	6	Em consolidação
	PA Vitorópolis	04/11/1999	404,3609	22	21	5	Em instalação
	PA Nova Galícia	20/03/2002	489,5694	35	32	8	Em instalação
Uruçuca	PA Tijuípe	26/04/1988	1111,0000	40	2	92	Em consolidação
	PA São Jorge	31/08/1998	557,4167	52	43	4	Em consolidação
	PA Fazenda Vavá	20/03/2002	159,9568	19	19	18	Em instalação

Wenceslau Guimarães	PA Vila Tancredo Neves	12/05/1987	985,7596	67	66	99	Em consolidação
	PA Resistente	04/09/1995	1.000,96	50	48	14	Em consolidação
	PA União	04/09/1995	562,0000	30	30	14	Em consolidação
	PA Novo Horizonte	25/06/1996	2.497,81	105	105	5	Em consolidação
	PA Boa Sorte	01/09/1997	1099,3418	50	48	3	Em consolidação
	PA Chico Mendes	22/10/1997	425,9769	35	31	2	Em consolidação
	PA São João	31/08/1998	988,2476	80	80	4	Em consolidação
	PA Ernesto Che Guevara	22/10/1997	848,2488	60	50	4	Em estruturação
	PA Fabio Henrique	31/08/1998	1288,9250	76	76	4	Em estruturação
	PA Vencedores	06/08/2001	240,0000	22	22	14	Em instalação
	PA Antonio Conselheiro	22/11/2001	303,0795	20	20	14	Em instalação
PA Faz. Dois Irmãos	29/09/2003	304,6863	21	19	63	Em instalação	

Fonte: INCRA (2011).